



Albertina de Oliveira Costa
Tina Amado
ORGANIZADORAS

ALTERNATIVAS ESCASSAS

Saúde, Sexualidade
e Reprodução
na América Latina

FE Fundação Carlos Chagas

editora ■ 34

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. RESPOSTAS À GRAVIDEZ ENTRE ADOLESCENTES CHILENAS DE ESTRATOS POPULARES Irma Palma Manriquez, Cecilia Quilodrán Le-Bert	11
2. MATERNIDADE ADOLESCENTE EM BARILOCHE (ARGENTINA) Laura S. Caldiz, Laura Malosetti, Rubens Bayardo	47
3. CASAMENTOS INTER-RACIAIS: O HOMEM NEGRO E A REJEIÇÃO DA MULHER NEGRA Diva Moreira, Adalberto Batista Sobrinho	81
4. O TRABALHO DAS PARTEIRAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS MEXICANAS Bárbara Cadenas Gordillo, Leticia Pons Bonals	109
5. ANTICONCEPÇÃO E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE Lúcia Ribeiro	143
6. DE MULHERES, SEXO E IGREJA: UMA PESQUISA E MUITAS INTERROGAÇÕES Maria José Fontelas Rosado Nunes	175
7. NORMATIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS REPRODUTIVOS E PARADIGMAS MÉDICOS: ESTUDO DE CASO EM INSTITUIÇÃO DE SAÚDE PARA CAMADAS MÉDIAS Estela Grassi, Liliana Raggio, Ana González Montes	205
8. MULHERES, SEXUALIDADE E AIDS: UM PROJETO DE PREVENÇÃO Carmen Dora Guimarães	249
9. SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO DISCURSO MÉDICO EM TORNO DA MATERNIDADE Myriam Mitjavila, Laura Echeveste	283
10. RECONSTRUÇÃO TEÓRICA DE UM CASO DE FAMÍLIA INCESTUOSA María Auxiliadora Banchs	301
AUTORAS E AUTORES	340

APRESENTAÇÃO

Como direito básico de todos os seres humanos, a saúde está diretamente associada à noção de cidadania. Por outro lado, relaciona-se diretamente à forma como os seres humanos vivem sua sexualidade e reprodução. Esta definição abrangente de saúde considera-a como tema de estudo e intervenção das mais diversas disciplinas e não apenas das ciências médicas. Forjada dentro de movimentos sociais que emergiram em fins dos anos 60, esta concepção de saúde vai possibilitar não apenas a participação de outras disciplinas para se resolverem problemas de saúde, mas, o que é mais importante, vai requerer uma participação ativa das pessoas consideradas até então “pacientes”.

Desde seu ressurgimento na década de 60, o movimento feminista colocou a questão da saúde das mulheres como central em sua agenda de lutas. Isto porque grande parte da opressão que as mulheres vivenciam incide em, e opera-se através de, seu corpo e sua sexualidade. Um exemplo importante desta opressão são os programas de políticas populacionais que buscam apenas reduzir a natalidade a todo custo, inclusive a custo da saúde das mulheres, de seus direitos e suas vidas. Foi na resistência a esses programas que se formulou a noção de direitos reprodutivos, que correspondem aos direitos de as mulheres regularem sua própria sexualidade e reprodução, bem como de exigirem que os homens assumam responsabilidade pelas conseqüências do exercício de sua sexualidade.

No entanto, como abrir caminhos, concretamente, para que os direitos reprodutivos sejam exercidos? Para que mulheres não sejam meras “pacientes” em questões relacionadas à sua saúde? Um dos caminhos possíveis é a pesquisa. Uma pesquisa que permita a emergência de teorias e práticas alternativas ao discurso dominante, que possibilite conhecer e integrar perspectivas diversas sobre a realidade, encorajando o debate entre essas diferentes perspectivas.

Foi assim que se criou o PRODIR, um programa de dotações para pesquisa sobre direitos reprodutivos na América Latina e no Caribe. Idealizado por Carmen Barroso, então pesquisadora da Fundação Carlos Chagas em São Paulo, hoje coordenando o programa de população da Fundação John D. and Catherine T. MacArthur, Estados Unidos, o PRODIR visa propiciar treinamento em pesquisa e apoiar projetos inovadores que examinem as condições sociais do exercício da sexualidade e reprodução. Para ser inovadora, a pesquisa necessariamente incorpora a especificidade das experiências

das mulheres, isto é, leva em conta uma perspectiva de gênero que considera as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, bem como uma perspectiva anti-racista, de justiça social. Assim, o PRODIR incentiva projetos que possam trazer contribuições no sentido de esclarecer a opinião pública e promover mudanças na forma opressiva como a sexualidade e reprodução são geralmente vividas, especialmente pelas mulheres. Com financiamento da Fundação MacArthur e sediado na Fundação Carlos Chagas, o programa teve início em 1990. Como coordenadora do PRODIR, organizei em 1991, juntamente com Verena Stolcke, antropóloga da Universidad Autónoma de Barcelona, a primeira publicação do PRODIR — *Direitos Reprodutivos*, uma coletânea dos registros das sessões do primeiro seminário de treinamento de bolsistas/pesquisadores, realizado em São Paulo em dezembro de 1990.

A comissão que planejou, com Carmen Barroso, a organização do programa era então integrada por Elza Berquó, demógrafa do CEBRAP (São Paulo) e NEPO/UNICAMP; Mabel Bianco, médica da Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer, Buenos Aires; Teresita De Barbieri, socióloga da Universidad Nacional Autónoma de México, além de Verena Stolcke e de mim. Em razão do êxito da iniciativa, um segundo programa de treinamento está em curso na Fundação Carlos Chagas.

Os textos contidos nesta coletânea são resultado dos trabalhos de pesquisa realizados no primeiro PRODIR. Pode-se perceber, através deles, a diversidade de abordagens possíveis e a abrangência de temas que dizem respeito aos direitos reprodutivos — a questão do incesto, a AIDS, as relações raciais, a gravidez na adolescência, as práticas sexuais e reprodutivas das mulheres de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as inter-relações entre o discurso da Igreja e o discurso feminista em relação à anticoncepção, a normatização médica da maternidade e dos comportamentos reprodutivos, as relações de poder entre parteiras e demais mulheres em comunidades indígenas. Contribui ainda mais para a diversidade e abrangência dos estudos o fato de terem sido realizados por profissionais de diferentes disciplinas (Antropologia, Medicina, Psicologia, Sociologia, História) em diferentes partes da América Latina — dois deles na Argentina, quatro no Brasil, um no Chile, um no México, um no Uruguai e um na Venezuela.

Nos trabalhos aqui contidos pode-se apontar para alguns eixos. A família tem posição privilegiada e é estudada sob diferentes ângulos. Os textos mostram a importância fundamental da dinâmica familiar na determinação da forma como vivemos nossa sexualidade e reprodução e o papel das mulheres — esposas, mães e filhas — no estabelecimento das relações opressivas de gênero. María Auxiliadora Banchs mostra esta dinâmica familiar num caso de incesto na Venezuela, onde as mulheres agem demonstrando tanto resistência quanto cumplicidade com a própria opressão. As pesquisas de Laura Caldiz, Laura MaloSETTI e Rubens Bayardo em Bariloche, as-

sim como a de Irma Palma Manriquez e Cecilia Quilodrán Le-Bert, nos segmentos populares de Santiago, sugerem que um fator decisivo da maternidade adolescente acha-se na estrutura, organização e histórico familiar. O estudo de Carmen Dora Guimarães numa área suburbana do Rio de Janeiro mostra a importância da dinâmica estabelecida entre os casais, para as mulheres adotarem medidas preventivas em relação à AIDS. O trabalho de Diva Moreira e Adalberto Batista Sobrinho aponta igualmente para a dinâmica das relações matrimoniais, contextualizando-as dentro da ideologia do branqueamento que caracteriza as relações raciais no Brasil.

Outro eixo importante nesta coletânea é o papel desempenhado pela Igreja Católica nas práticas sexuais e reprodutivas das mulheres latino-americanas. Maria José Fontela Rosado Nunes investiga a importância do discurso feminista nas justificativas dadas por mulheres, líderes de CEBS - Comunidades Eclesiais de Base na periferia de São Paulo, para a transgressão das normas eclesiais quanto à regulação de sua capacidade reprodutiva; e Lúcia Ribeiro estuda mulheres de CEBS em Nova Iguaçu (RJ), mostrando que a própria participação dessas mulheres nas comunidades eclesiais as leva a assumir uma prática reprodutiva que se distancia da doutrina oficial da Igreja, reformulando o próprio conceito de pecado.

As relações de poder entre instituições e pessoas que prestam serviços de saúde e as mulheres que se utilizam destes serviços são também um foco importante de pesquisa. Bárbara Cadenas Gordillo e Leticia Pons Bonals estudam as práticas de medicina tradicional, assim como as permanências e mudanças nas crenças relacionadas a estas práticas, nas relações entre parteras e mulheres que buscam seus serviços em quatro comunidades indígenas (de etnia Tzotzil) no estado de Chiapas, no sul do México. Estela Grassi, Liliana Raggio e Ana González Montes examinam os paradigmas médicos sobre comportamentos reprodutivos, nas relações entre um hospital privado de Buenos Aires e as famílias dos setores médios urbanos que ele atende. Myriam Mitjavila e Laura Echeveste estudam a medicalização do aleitamento materno, através da relação de pediatras em consultórios de Montevidéu e suas clientes, buscando compreender as diferenciações segundo a variável classe.

A leitura destes textos faz perceber a multideterminação de nossos desejos, atitudes, comportamentos e ações no que diz respeito à saúde e ao exercício de nossa sexualidade e reprodução. Percebe-se que as relações de gênero interagem de forma complexa com as relações raciais e de classe e que estas relações precisam ser levadas em conta se pretendemos realmente contribuir para mudanças na área de saúde, mudanças que levem a uma sociedade mais justa, onde a noção de cidadania seja levada a sério.

*Sandra Azeredo
Belo Horizonte, abril de 1994*